

DIREITO A INFORMAÇÃO

1965

Nº 6

EDITORIAL

Ao mesmo tempo que apresenta mais alguns documentos relacionados com a viagem do Papa a Bombaim, DIREITO A INFORMAÇÃO aproveita a oportunidade para pôr o dedo numa ferida que constitui violação de um dos direitos mais sagrados do homem, o direito "à informação verídica sobre os acontecimentos públicos", como se lê na encíclica "Pacem in Terris".

Certos textos aqui publicados demonstram peremptoriamente como entre nós se atenta contra tal direito e desmascaram simultaneamente o maquinismo corruptor que a Censura utiliza. Muito longe de poder considerar-se ultrapassado, o caso de Bombaim, acompanhado pela "Igreja do Silêncio" em Portugal, não passa de momento culminante num cativo que se tem agravado de dia para dia, e que se agravará ainda, neste processo de corrupção da verdade em que o regime se afunda no desespero da luta pela sobrevivência.

Há quase 40 anos que, sempre em escala crescente e abusando de meios técnicos cada vez mais poderosos, o governo tem inquinado o ambiente nacional com a deformação sistemática da informação. A orquestração maciça de certas campanhas, mobilizando a imprensa, a rádio, a TV, em que se procura impôr a verdade oficial, enquanto à outra parte é cinicamente negada qualquer possibilidade de defesa ou de justificação, mostra bem a imoralidade do regime e o grande receio da verdade.

E o facto de as vítimas serem a Igreja Católica, ou as Associações de Estudantes ou a Sociedade de Escritores, mostra ainda que este procedimento brutal atinge os mais elevados valores da sociedade portuguesa.

DIREITO A INFORMAÇÃO nasceu para suprir, para completar. Não veio tanto em oposição como em complementariedade.

Nós pretendemos ajudar os portugueses a reflectir, proporcionando elementos que melhor os ajudem a compenetrar-se da verdade dos factos, e também, é certo, da mentira das "verdades oficiais". Daí o carácter aparentemente tendencioso daquilo que publicamos. Mas já o simples facto de esta folha existir reveste uma coloração política, pois se situa em oposição a um regime que não deixa a imprensa livre aparecer à



luz do sol.

Proporcionar documentos de difícil acesso, suprir pelas vias da clandestinidade aquilo que os próprios responsáveis admitem - senão vejamos adiante as normas que a Censura fornece aos nossos jornais, - tudo isto revestirá necessariamente aspectos políticos cuja responsabilidade, em última análise, recai sobre o Governo e sobre todos aqueles que o sustentam ou toleram.

E no entanto, mais do que ser contra o Governo, continuamos apenas interessados em ser pela Verdade.

"ENTRE SALAZAR E PAULO VI"

(Témoignage Chrétien, 3/12/1964)

Portugal proibiu a imprensa e a rádio de falar na viagem do Papa à Índia e de citar o discurso do Papa na canonização dos mártires da Uganda.

Mas em 30 de Novembro a televisão governamental, a única que existe, mostrou, numa emissão histórica, as perseguições contra a Igreja em 1910, contrapondo-lhe a prosperidade de que a Igreja goza sob o reinado de Salazar.

Perante esta situação, os bispos portugueses calam-se. (...) Por outro lado, 150 personalidades de Lisboa dirigiram uma carta ao Núncio. Quanto à burguesia, dividida entre a sua admiração por Salazar e o afecto por Paulo VI, refugia-se numa prudente neutralidade.

No seu regresso de Roma, o Cardeal Patriarca Gonçalves Cerejeira reuniu os párocos da capital. Pediu-lhes que não falassem da viagem do Papa à Índia. "Tal viagem, aliás, não se realiza no próximo domingo; portanto, preparem os cristãos para viverem bem o Advento". O Cardeal explicou igualmente que nunca a Igreja gozou de tanta liberdade em Portugal ao longo de oito séculos de história. Aos padres que escreveram ao Papa, censurou-os pelo envio de tais cartas, ao mesmo tempo que os felicitava pela sua devoção à Santa Sé.

"...A imprensa internacional acolheu com interesse a notícia da viagem do Papa a Bombaim. Por isso mesmo ainda mais notório se tornou o silêncio da imprensa portuguesa: nenhum jornal de Lisboa consagrou à notícia o lugar e o relevo de primeira página que habitualmente se reserva para os grandes acontecimentos religiosos. Mesmo o diário católico oficial "NOVIDADES" a reduziu às dimensões de uma breve notícia de agência num canto da sua primeira página. O "DIARIO DE NOTICIAS" dá o tom aos agressivos comentários, intitulado-a: "Enquanto a Roma do Oriente permanece no cativeiro, o Papa anuncia a sua viagem a Bombaim para assistir ao Congresso Eucarístico".

Lisboa não perdeu à Índia a invasão e a anexação de Goa em 1962. A censura governamental pediu primeiro aos jornais para suspender a notícia da viagem do Papa, informa a A. Press, para depois os autorizar a difundi-la com a condição de não ser mencionado o nome da Índia. O Cardeal Cerejeira teria apresentado o pedido no dia 13 de Outubro em nome do governo português, na audiência que lhe concedeu o Papa Paulo VI, para que este não se deslocasse à Índia em visita oficial. Mais claramente ainda, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal declarou no dia 21 de Outubro ser a decisão do Papa "uma ofensa gratuita a um país católico; e duplamente gratuita, porque injusta e inútil".

Os meios eclesiásticos romanos mostraram-se muito impressionados por estas reacções provenientes de um país tão tradicional e profundamente ligado à Santa Sé. Dificilmente acreditam que se possa manifestar desacordo com um gesto inspirado unicamente num espírito missionário, como o afirmou o próprio Papa. Não é esta a primeira vez que a Índia e Goa servem de motivos de discórdia entre Lisboa e a Santa Sé. Recordarão com certeza o mau humor de Salazar manifestado no dia 30 de Novembro de 1955 quando apontou duas fontes de aborrecimentos com Nova Delhi a respeito de Goa: "Por um lado os católicos progressistas, e por outros certos meios da Propagação da Fé." "Trezentos anos de incidentes e irritantes discussões, acrescenta ele, levaram a Propaganda (da Fé) a manifestar a sua má vontade contra Portugal e o Padroado do Oriente, privilégio que, no entanto, lhe havia sido concedido pela Igreja..."

(de "INFORMATIONS CATHOLIQUES INTERNATIONALES, 1/11/1964)

COMO FOI OBTIDO O "MAGOADO SILÊNCIO DA NAÇÃO PORTUGUESA"
(transcrição de um ofício dos serviços de Censura)

"Exm^o. Sr, Director do...

ASSUNTO: Ida de Sua Santidade o Papa Paulo VI a Bombaim,
ao Congresso Eucarístico Internacional

Para o conhecimento de V.Ex^a. e os devidos efeitos, transcrevo o Boletim de 23 do corrente, do teor seguinte:

- 1^o - Foi determinado que a partir do dia 23 do mês corrente, todas as notícias, comentários, artigos, referências, etc relativas ao assunto em epígrafe, devem ser "cortadas"
- 2^o - Portanto, nada se poderá publicar sobre o assunto.
- 3^o - Assim, e logo que seja recebido o presente Boletim, devem todas as Comissões e Delegações dar pronta execução ao que nele se determina.
- 4^o - Quaisquer duvidosos ou excepcionais devem ser "suspenso" e presentes à Sede dos Serviços, para decisão.

Em resumo e concretizando:

Nada se poderá publicar na imprensa sobre o Congresso Eucarístico Internacional de Bombaim e sobre quaisquer factos ou circunstâncias que ao mesmo se refiram.

Sem outro assunto, apresento a V.Ex^a. os melhores cumprimentos

A bem da Nação

O Delegado "

UMA BRECHA NO MURO DO SILÊNCIO

(T. Chrétien, 4/2/1965)

A pesar de todos os esforços, a polícia política portuguesa não conseguiu impedir a difusão do jornal clandestino "IGREJA PRESENTE". Num dos seus últimos números, esta publicação apresentou a viagem do Papa a Bombaim, assunto de que não se podia falar no reino de Salazar.

Trinta mil exemplares a imprimir e difundir. Belo esforço. Sobretudo porque a polícia não dorme. E a prisão é sempre a "recompensa" para o militante imprudente ou mal afortunado. Pelo que lhe diz respeito, "TÉMOIGNAGE CHRÉTIEN" ainda se lembra dos seus quatro anos de clandestinidade. Aos amigos de Portugal deseja muita coragem, lembrando-lhes que o sol acaba sempre por brilhar, ao fim da caminhada.

UMA QUE ESCAPOU... MAS FORAM TÃO POUCAS!

Sob o título "Franco Nogueira considera uma gratuita afronta a Portugal a ida de Paulo VI a Bombaim. Porquê?" o diário da tarde "A UNIÃO", que se publica em Angra do Heroísmo, pôde responder, certamente por distração da censura, no seu número de 22 de Outubro de 1964, a um telegrama ido de Lisboa, com a seguinte Nota da Redacção:

"Esta notícia merece uma ligeira nota de redacção.

Nós não somos evidentemente pela infalibilidade pontifícia em tudo, e muito menos no que se refere ao empreendimento de uma viagem, como é o caso. Mas muito menos nos parece poder-mos ser pela posição que quanto à ida de Paulo VI à Índia acaba de tomar o ministro Franco Nogueira.

Quando se começa a confundir patriotismo ou razões de Estado com religião, e opinião de um ministro ou de um Governo (na pior das hipóteses) com a de uma nação inteira - é isto o que pode acontecer.

Não cremos que a grande maioria dos católicos portugueses que o são de verdade, vejam como o Ministro Franco Nogueira a ida de Paulo VI a Bombaim, porque uma coisa é a missão espiritual e apostólica que lá leva Sua Santidade, outra o sentido político que se lhe quer atribuir. Estamos pela primeira. Rejeitamos o segundo. E rejeitamo-lo porque um Papa, Vigário de Cristo como é S.S. Paulo VI, não deve ter uma política qualquer, para ter a única que lhe cabe: ser amigo de todos os povos e nações, e pai espiritual de todos os homens que o queiram. E se devesse ter extremos por alguns, haviam de ser pela ovelha perdida do Evangelho porque as há aos milhões por esse mundo, tantas delas justamente por causa das tais perniciosas confusões entre patriotismo e religião, entre civilização e religião, entre política e religião; por causa do pior Cristianismo ou ainda, de um certo catolicismo apenas de fachada e conveniência. Acabemos com isso, e de uma vez."

"Os católicos abaixo assinados e muitos outros, tentaram reagir contra as declarações feitas na imprensa pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Neste sentido, foram enviados telegramas de desagravo à Sua Santidade Paulo VI, a S. Emª o Cardeal Patriarca e a S. Exª o Nuncio Apostólico.

Muitos outros católicos não se associaram a tais manifestações com receio das sanções do poder político. E na verdade um dos signatários daqueles telegramas foi detido pela P.I.D.E. sujeito a interrogatório como se se tratasse de uma conspiração contra os poderes constituídos.

A censura proibiu a publicação de qualquer artigo na imprensa que contrariasse ou sequer esclarecesse a tese do Governo.

Alguns sacerdotes da diocese de Évora, foram chamados à P.I.D.E., a Lisboa, por terem lido nas igrejas da Diocese um texto sobre o sentido espiritual da viagem de S.S. Paulo VI à Índia. Programas e colaboradores da Televisão viram-se afastados por não se sujeitarem a censuras prévias sobre matéria eminentemente religiosa.

Alguns sacerdotes, professores de Religião e Moral, foram admoestados pelos seus superiores hierárquicos civis, pelo facto de esclarecerem os alunos sobre acontecimento tão importante. Os próprios boletins paroquiais viram-se coagidos a ignorar pura e simplesmente o Congresso Eucarístico.

Como se tudo isto não fosse bastante para nos alarmar e indignar, os católicos portugueses foram impedidos de viver o solene acontecimento, festejado em todo o mundo e por todas as Igrejas: o Congresso Eucarístico.

Mais do que a concreta ignorância política no foro íntimo dos católicos, existe uma situação que é motivo de angústia não só para os católicos, mas para todo o cidadão e para a Igreja em Portugal.

Sabemos que a nossa missão é dar testemunho da Fé, mas não concebemos a possibilidade de tal se, na defesa dos princípios cristãos da coexistência social, renunciarmos à luta pela Verdade e pela Justiça."

(De um documento assinado por 100 militantes católicos, entre os quais muitos antigos e actuais dirigentes da Acção Católica, enviado à Conferência anual do Episcopado, em Janeiro de 1965)

Não hesitamos em contrapor as duas notas do actual responsável pela Igreja em Goa, à campanha intensa sobre o "inferno", o "ódio satânico" e "tentativas criminosas" dos inimigos de Deus e de Portugal, movimento em que os nossos jornais se têm empenhado de há uns meses a esta parte...

"CLARECIMENTO

A fim de que não haja qualquer mal entendido em volta da Exposição das venerandas relíquias de S. Francisco Xavier, acho conveniente esclarecer:

A Exposição foi anunciada contando com a colaboração do Governo que, me é grato constatar, tem sabido cumprir galhardamente o compromisso.

É-me grato, também, declarar que não tenho motivos para me queixar de qualquer perseguição religiosa.

Paço Patriarcal, Goa, 24 de Setembro de 1964

+ Francisco Xavier da Piedade Rebello

Bispo Auxiliar, Administrador da Arquidiocese."

"Em continuação do esclarecimento já anteriormente dado, a bem da verdade e da cristandade da Arquidiocese a quem me cabe servir, cumpre-me declarar contra quaisquer acueações infundadas que não há nesta Arquidiocese, graças a Deus, perseguição à Igreja Católica, sendo-me grato constatar que tenho recebido do Governo as maiores atenções e facilidades no exercício do meu ofício como bem se patenteia na generosa colaboração que me tem sido dispensada para a próxima Exposição de S. Francisco Xavier e bem assim no restauro das Igrejas e Sé Catedral de Goa.

Mais me cumpre afirmar que os católicos em Goa gozam de inteira liberdade no exercício da religião.

Paço Patriarcal, Goa, aos 25 de Setembro de 1964

+ Francisco Xavier da Piedade Rebello,

Bispo Auxiliar, Administrador da Arquidiocese."

(transcrito do "Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa",
Outubro de 1964)

A LIBERDADE DE IMPRENSA, DEFUNTA NO NOSSO PAIS

Dois textos de Pio XII e um comentário de José da Silva:

"O património de toda a sociedade normal composta de homens que, conscientes da sua conduta moral e social, estão intimamente ligados à comunidade de que formam parte, a opinião pública é em toda a parte, em suma, o eco natural, a ressonância comum, mais ou menos espontânea, dos acontecimentos e da situação actual nos espíritos e nos juízos."

"É um vício, uma enfermidade, um mal da vida social... o caso em que a opinião pública se cala numa sociedade em que não existe a justa liberdade e em que só a opinião dos partidos no poder, a opinião dos chefes ou ditadores está autorizada a fazer ouvir a sua voz."

"Abafar a voz dos cidadãos, reduzi-la a um silêncio forçado, é, aos olhos de todo o cristão, um atentado contra o direito natural do homem, uma violação da ordem do mundo tal como Deus a estabeleceu."

(Pio XII)

"A censura existe entre nós. A imprensa católica da Metrópole tem-se-lhe submetido com manifesta docilidade. Não consta que o Episcopado tenha por cá reclamado maior liberdade de Imprensa. Ainda há pouco, porém, o Senhor Presidente do Conselho reconheceu que os nossos jornalistas são alérgicos à censura. Não será essa alergia uma salutar manifestação da consciência da dignidade humana que aspira a ver reconhecido e promovido um direito natural?"

JOSE DA SILVA, "OS DIREITOS E DEVERES NATURAIS DO HOMEM E AS FUNÇÕES DO ESTADO SEGUNDO A PACEM IN TERRIS"
Conferência realizada no Porto a 30 de Maio de 1963; publicada em Agosto do mesmo ano, a edição foi prontamente apreendida.

SALAZAR ESCOLHEU O AÇAIMO

(M. Garrigou-Lagrange, em TEMOIGNAGE CHRÉTIEN, 14/XI/63)

... Porque Salazar não é um destes ditadores sanguinários que, sempre de chicote em punho, escravizam um povo pelo terror. Não, ele escolheu o açaimo.

Como é que se abafa a voz de um povo? O supremo requinte consiste em fazer esquecer tal povo de que pode ter uma voz. É precisamente essa a tática empregada por Salazar, ao serviço da qual conseguiu, ao longo de trinta anos, mobilizar certo número de instrumentos. O mais inofensivo, que não o menos eficaz, é o futebol. Hoje e sempre a velha receita dos romanos: Panem et circenses.

Outro instrumento: a censura, a funcionar com maior rigor após o caso de Angola. Não só não se permite a crítica, não só a informação é quase inexistente, mas é cuidadosamente banido tudo o que seja capaz de despertar uma sombra de inquietação ou de reflexão.

... Há também a polícia secreta da qual cada português julga sempre sentir, bem colados a ele, os olhos abertos e o ouvido atento. Sobretudo nas aldeias, cada qual desconfia de todos, até mesmo do prior. Porventura não se sabe que alguns párocos foram sondados pela polícia secreta para comunicarem segredos do confissionário?"

... No entanto, se o Presidente do Conselho organizasse um referendun sobre o problema de Angola, muito provavelmente o povo era capaz de lhe dar um voto de confiança. Por um lado, tal povo quase não é capaz de ter dúvidas, devido à falta de informação que não seja a oficial, sobre o bem fundado da sua causa. Além disso, Salazar não encontra grandes dificuldades em acordar, nos camponeses mal alimentados, mal instruídos, mas orgulhosos do seu passado glorioso, o sentimento obscuro da antiga grandeza de Portugal."

O COMUNICADO DA CONFERENCIA EPISCOPAL DE MOÇAMBIQUE

(AFINAL, UM CASO MAIS ENTRE OUTROS MIL...)

Em certos sectores do Governo, é tal o medo da verdade que se prefere a tática da avestruz: fechar os olhos, recusar-se às evidências mais prementes e, de qualquer modo, impedir que o grande público tome conhecimento das verdades desagradáveis.

Assim aconteceu com o ponto 3 do Comunicado da Conferência Episcopal de Moçambique, que nunca chegaria a ser publicado se não fora a enérgica tomada de posição do Sr. Bispo da Beira, secundado por outros prelados do norte de Moçambique, que publicaram uma declaração do "DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE" não reconhecendo a autenticidade do texto publicado nos jornais de Lourenço Marques. O texto integral apareceu mais tarde em "NOVIDADES" (23/2/65) e foi transcrito pelo "DIÁRIO DE LISBOA" do mesmo dia, mas vejamos na página seguinte a sorte que lhe estava reservada.

" 3. Examinando a situação político-social da Província, que nem sempre consegue caminhar serenamente na senda do progresso e indispensável evolução, por força de perturbações ocasionais que aqui ou além vão semeando crimes e causando ansiedade nas populações, o Episcopado dirige um pensamento de piedade às vítimas das atrocidades, implorando de Deus fortaleza e resignação cristã para os atingidos e o descanso eterno para os mortos.

Lembra a todos que nada pode justificar, tanto no tribunal de Deus como no dos homens, acções terroristas, que são por natureza criminosas, e observa que, se o castigo dos criminosos é um direito e um dever da sociedade, a repressão indiscriminada ou represálias que atinjam inocentes são actos que não podem deixar em paz uma consciência bem formada. Ninguém esqueça que jamais se violam impunemente os sacrossantos direitos da pessoa humana."

Transcrevemos mais dois ofícios dos serviços de censura, ambos dirigidos a directores de jornais. Eles mais não fazem que confirmar as subtilidades dos "açaimos" a que se encontra sujeita a opinião pública em Portugal. Por razões óbvias, eliminamos todas as referências que pudessem denunciá-los.

X., ... de ... de 1965

Exm^o. Sr. Director do Jornal X

Para os fins convenientes transcrevo a V.Ex^ã, o Boletim... da Direcção dos Serviços de Censura, segundo o qual não pode ser publicado, nem transcrito, mesmo parcialmente, ou ser-lhe feitas quaisquer referências, directas ou indirectas, ao COMUNICADO DA "CONFERENCIA EPISCOPAL DE MOÇAMBIQUE" que o jornal "NOVIDADES" inseriu no seu número de 23 do corrente, e a página 2 e o jornal "DIARIO DE LISBOA" transcreveu na página central do número do mesmo dia 23.

A Bem da Nação
O Delegado
Y.

Y., ... de ... de 1963

Exm^o. Sr. Director do Jornal Y.

Para os devidos efeitos, levo ao conhecimento de V.Ex^ã. o Boletim nº .../63:

Directivas gerais sobre censura de ordem política e social

- Os artigos, crónicas, comentários, etc., de temas sociais, políticos, morais ou religiosos, económicos, literários ou artísticos, nos quais se ataque a nossa ética política, social, moral e religiosa, terão de ser submetidos a censura prévia - quando for julgado necessário e atendendo à índole dos jornais - a fim de serem expurgados desses ataques.

Deve-se ter particular atenção para os artigos de índole política e religiosa em que se procure extrair conclusões políticas que sejam desfavoráveis ao Ocidente, em geral, e ao nosso país, em especial, e a favor de países socialistas ou comunistas, baseando-se para tal em encíclicas papais ou directivas da Igreja."

O Delegado
Y

UM PRESTIGIOSO ELEMENTO DA UNIVERSIDADE DENUNCIA A INFORMAÇÃODETURPADA DA OPINIÃO PÚBLICA

"As iniciativas do "dia do estudante", os protestos dos universitários diante das proibições lançadas, os lutos ou greves académicas várias vezes verificadas - tudo é rotulado oficialmente de infiltração comunista. E feita tal classificação, é fácil meio português proibir, acusar, inquirir, quando não prender, ou excluir da frequência das Universidades. Mais ainda: toda a interpretação oficial insiste na ideia das perturbações da "Ordem" e dos atentados ao "Poder", a propósito seja do que fôr que os estudantes se proponham realizar e não agrade.

Esta situação vem ainda agravada por duas circunstâncias. Primeiramente a informação deturpada da opinião pública. Muitas vezes, alunos meus, me têm posto o problema da acção a exercer no sentido de corrigir desvios manifestos e graves entre o relato e interpretação das atitudes juvenis, nas notas officiosas da imprensa e em outros documentos superiormente autorizados, e essas próprias atitudes e seu fundamento efectivo. E nada mais tenho podido dizer além do seguinte: em todos os casos em que pude testemunhar pessoalmente qualquer acontecimento da "crise universitária", sempre o vi, depois, objecto de muito graves deficiências na informação pública - e nunca se me proporcionou a menor oportunidade, a não ser através de contactos particulares, para corrigir aquilo que eu sabia perigosamente erróneo. Ora, Senhor Reitor, V. Ex.^a e eu ensinamos aos nossos alunos que a indução ainda faz parte do ferramental científico."

(de uma carta enviada em 14/4/65 ao reitor da Universidade Técnica de Lisboa pelo Dr. Francisco Pereira de Moura, assistente do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, e procurador à Câmara Corporativa.)

O POVO PORTUGUÊS PARECE PASSIVO, ANÉMICO... PORQUÊ?

"No entanto as modificações desejadas só lentamente se podem formular, pois o aparelho policial montado para sustentar os primeiros anos do Estado Novo continua em funcionamento; recebeu mesmo, com a guerra de Angola e a necessária unidade nacional pedida pelo governo, uma nova justificação. Tudo o que não está na linha governamental é suspeito ou classificado de comunismo e a censura vigia os jornais e publicações.

Foi preciso um inquérito de um grupo de jovens para se saber que, no sector industrializado do Norte, apenas 350 famílias operárias, num total de mais de 2.000, beneficiam de férias pagas: mas este inquérito não pode ser publicado.

Que os pescadores do Algarve declarem uma greve total para obter dos patrões uma maior participação dos lucros da pesca e que esse movimento obtenha satisfação - foi de resto uma das primeiras vezes em que a greve, sempre considerada ilegal, deu tais resultados - muito bem: mas os jornais nada disseram nem desta greve, nem da sua feliz conclusão para os pescadores.

Assim, o povo português pode parecer, no conjunto, passivo, anémico, sem projectos: aquilo que o poderia entusiasmar, não o pode formular claramente nem sustentar eficazmente, e torna-se visível que não o interessam também os projectos do governo, o qual, como todo o poder paternalista, não faz grandes esforços para expôr os seus objectivos."

(transcrito de LA CROIX, diário católico de Paris, de 23/8/64, em reportagem sobre Portugal)

N. da R. - ainda por estes dias casos semelhantes aos relatados se estão a passar com os trabalhadores das pedreiras da região de Pero Pinheiro, que declararam uma greve para a obtenção de condições de vida mínimas, e com os estivadores do Porto de Lisboa; e, no início da actual campanha, com os pescadores do bacalhau; mas àcerca de tudo isto, total o silêncio da imprensa.

No aniversário do diário NOVIDADES, em Dezembro de 1964, foram extraordinariamente lúcidas as palavras de D. Eurico Nogueira, Bispo de Vila Cabral. Até por não estarmos habituados a estas tomadas de posição, que não deixam margens a dúvidas, transcrevemos com alegria algumas partes do seu discurso, sintomaticamente pronunciado logo após a questão de Bombaim.

" Importa que a imprensa seja um instrumento ao serviço da Verdade, o que nem sempre é fácil, dados os entraves de vária ordem que lhe perturbam a sua alta missão.

Há por um lado entraves de ordem financeira.

Em muitos países a imprensa depende dos magnates da finança que a colocam inteiramente ao serviço dos seus interesses económicos. E deste modo ela deixa de ser um instrumento da Verdade para se tornar um meio de domínio capitalista. As grandes empresas procuram conquistar a imprensa, a fim de prosseguirem livremente os seus objectivos de domínio financeiro.

E há por outro lado os entraves de ordem política.

É certo que quase todos os países consagram, nas suas Constituições, o reconhecimento da liberdade de imprensa, nomeadamente de informação.

(...) Na verdade quase todos os Países a consagram nos textos constitucionais, mas muitos deles em termos que na prática a tornam illusória.

Assim a Constituição russa de 1936 (art.125) aceita-a mas... "de acordo com os interesses dos trabalhadores, a fim de consolidar o regime socialista".

(...) Também a Itália fascista e a Alemanha nazi a proclamavam. Mas em nome dela, Hitler suprimiu em 1935 os jornais não enfeudados ao Nacional-Socialismo e Mussolini não hesitou em afirmar: "O jornalista italiano é livre porque serve exclusivamente uma causa, um regime". Ora no dia em que a imprensa se coloca ao serviço de um regime político - que é por essência mutável e contingente - deixa de ser imparcial, de estar ao serviço da Verdade.

É certo que ao Estado compete vigiar por que não se faça um mau uso dos meios de comunicação social. Acentua-o o Decreto conciliar. Mas há que evitar cair na tentação de os colocar exclusivamente ao serviço de uma política, o que destruiria a sua imparcialidade, e de a tornar dependente de critérios pessoais que comprometerão irremediavelmente a sua liberdade. Só a lei bem clara e quanto possível minuciosa, isto é, devidamente regulamentada, será garantia dessa liberdade e imparcialidade, que constituem os títulos de nobreza e dignidade da imprensa. Só assim, a imprensa poderá informar na verdade que forma no bem"

"DIREITO A INFORMAÇÃO"

Em reportagem sobre Portugal, publicada no diário católico francês "LA CROIX", em Agosto de 1964, aparecem referências à nossa publicação, em termos que nos desvanecem e ao mesmo tempo reproduzem com certa fidelidade os nossos propósitos:

"Outro movimento de clandestinidade: um grupo de católicos firmemente decididos a entrar no domínio do temporal. Esse grupo publica já um boletim tirado ao copiador cujo título, DIREITO A INFORMAÇÃO, só por si constitui um programa.

Este movimento pretende dar uma imagem do catolicismo português diferente daquela que habitualmente se tem encontrado, toda ela à base da submissão aos poderes estabelecidos. Assim, pode ler-se no nº 2 desta revista, o seguinte parágrafo, muito elucidativo:

"Não é por gosto que se insiste nos males cá de dentro. Somos os primeiros a sofrer com a sua dureza. Afligem-nos e incomodam, pois sabemos que o Senhor quer outra coisa:

A nossa mobilização ao serviço da Pessoa, porque seremos julgados pela nossa indiferença.

Um esforço de lucidez, para não aceitar slogans ultrapassados. Um esforço de generosidade, para vencer o comodismo e a mordaza que de há anos nos oprimem. Um esforço de esperança para lutar contra nós mesmos e contra todos os riscos a que nos expomos."

MAS A MAQUINA DO REGIME NÃO SE CONTENTA COM A CENSURA:
EIS COMO UTILIZA A FALTA DE ESCRUPULOS DAS AGENCIAS
NACIONAIS

O Papa recebeu os participantes do 15º Congresso Internacional da Imprensa Periódica:

Numa alocução em francês, o Papa disse ver nos seus auditores "a manifestação dessa necessidade tão fundamental do homem, que reivindica o seu direito contra todos os totalitarismos: o de pensar livremente e de se poder exprimir livremente".

O Papa prosseguiu dizendo que deseja que essa liberdade de opinião - liberdade, precisou, e não abuso de liberdade - não seja, "como tem sido até agora, inscrita em vão no frontispício de algumas constituições, mas que se torne num direito imprescritível que qualquer pessoa, em qualquer país, possa utilizar de maneira razoável".

Depois de aconselhar os seus auditores a não utilizar levemente o meio de difusão que possuem, o Papa concluiu dizendo: "mais do que nunca, importa hoje não degradar a informação para fazer propaganda, não apelar para as paixões menos nobres do homem no sentido de levantar, mediante campanhas sistemáticas e orientadas, grupos de leitores contra outros grupos de cidadãos ou de estrangeiros, mas sim trabalhar para a compreensão entre os homens."

(notícia da France Presse - Novidades de 1/5/65)

Paulo VI recebeu em audiência especial os participantes no 15º Congresso da Imprensa. Disse-lhes que a Igreja apoia o princípio da liberdade de informação, "num espírito de liberdade mas não de libertinagem". O Congresso reuniu-se no Vaticano esta semana e foi dirigido por George J. Hecht, presidente da Federação Internacional da Imprensa Periódica e editor do Parents Magazine dos Estados Unidos.

A audiência, na sala dos consistórios, compareceram os representantes de periódicos de vinte países.

A Igreja reconhece e apoia inteiramente a liberdade de pensamento e de expressão, mas esta "utilização da liberdade requer muitos comentários" - observou o Papa.

"As liberdades não podem ser tomadas de ânimo leve e, agora mais do que nunca, é mais necessário proteger os canais de informação para que não se tornem meios de má propaganda" - concluiu o Papa.

(notícia da ANI - Diário de Notícias do mesmo dia)

